

Modernização da pecuária leiteira em Goiás concentra renda e não beneficia trabalhadores

Persistem no Brasil altos níveis de pobreza assim como um inaceitável grau de concentração de renda. Sem dúvida, a maior causa da persistência da concentração de renda na década de 1990 foi o aumento do desemprego. Estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - constatou que ao longo da década foram eliminados 10,8 milhões de empregos como consequência do avanço tecnológico, dos quais a maior quantidade, quase 9 milhões de postos de trabalho, desapareceu no setor agropecuário. Outros 1,5 milhões de empregos desapareceram por causa da substituição da produção local por importações. Confrontando a eliminação de empregos com a geração de novos empregos nessa década, há um saldo positivo de 3,24 milhões, um número totalmente insuficiente frente à demanda de 1,5 a 1,8 milhões de jovens entrando no mercado de trabalho a cada ano, gerando, portanto, uma demanda de 18 milhões de novos empregos ao longo da década¹.

Assim, a modernização tecnológica - aliada ao incremento das importações - aumentou o desemprego no país. O aumento do desemprego, por sua vez, levou ao achatamento de renda dos trabalhadores. O achatamento de renda do trabalhador manteve constantes os níveis de concentração de renda, enquanto o nível da pobreza permanece em patamares extremamente elevados e inaceitáveis. A explicação parece simples. Mas por que pobreza e concentração de renda são constantes ao longo da história do país? Por que os 10% mais ricos do Brasil respondem hoje por cerca de 3/4 de toda riqueza nacional², um percentual até superior àquele verificado em séculos anteriores? Por que na outra pon-

RESUMO

A modernização da pecuária leiteira, na década de 1990, em Goiás, não foi acompanhada pela modernização nas relações de trabalho. Apesar de forte crescimento da produtividade, não houve benefício para os trabalhadores. Este artigo relata e relaciona essa situação com a persistência de matrizes ideológicas atrasadas no nosso país.

Palavras-chave: relações de trabalho; pobreza; desigualdade.

ta, o número de pobres também se apresenta constante: 33% da população no ano de 2000 não obtinham renda suficiente para suprir suas necessidades básicas³, o que coincide com a parcela constituída por escravos no final do período colonial, 38%⁴? Se essas disparidades são constantes, atravessaram impassíveis o período colonial, a Monarquia, a Primeira e a Segunda República, governos democráticos e ditaduras, planos e políticas econômicas distintos, existem, então, motivos mais profundos para esse fato. Pesquisa realizada por nós, em um setor que cresceu intensamente em Goiás, a pecuária leiteira, constatou um claro processo de concentração de renda. O crescimento econômico não foi acompanhado por crescimento da renda dos trabalhadores do setor. Buscaremos neste artigo analisar estes dados.

A pecuária leiteira em Goiás

Qual a relação entre a pecuária leiteira de Goiás e o processo secular de concentração de renda no Brasil? A pecuária leiteira em Goiás passou na década de 1990 por um intenso processo de modernização, período em que a produção de leite no estado dobrou. A taxa de crescimento no período 1998/99 foi de 4,4%, no período 1999/2000 foi de 6,1%⁵. Desenvolvemos uma investigação para verificar se o processo de modernização da produção leiteira foi acompanhado por uma evolução nas relações de trabalho, e se os gan-

hos de produtividade do setor melhoraram a renda do trabalhador. Em outras palavras: queríamos saber se a expansão do setor de leite resultou em benefícios para o trabalhador. Nossa pesquisa se concentrou no município de Piracanjuba, maior bacia leiteira de Goiás⁶.

A produção de leite é uma atividade do pequeno e médio proprietário de terras, com área média de 124,6 ha. em Goiás. A maior parte da mão-de-obra utilizada é oriunda do núcleo familiar (61,9%), ainda assim, cada estabelecimento de leite ocupa em média 0,8 dias-homem como mão-de-obra contratada permanente⁷.

Investigamos, portanto, um setor de pequenos e médios proprietários que modernizaram fortemente sua produção durante a década de 1990. A modernização consistiu na introdução de raças leiteiras europeias, mais produtivas, que levaram às seguintes modificações no processo de produção de leite:

- Adoção de pacotes tecnológicos para viabilizar a produção dessas raças leiteiras não adaptadas aos trópicos, que consistiu no grande aumento da utilização de insumos, a saber: rações, produtos veterinários, adubos, forrageiras especiais, sêmen, máquinas agrícolas entre outros.
- Mecanização da produção através da introdução da ordenha mecânica.

As fazendas que possuíam ordenha mecânica constituíram 30% da amostra de fazendas visitadas⁸.

O perfil do trabalhador da pecuária leiteira em Piracanjuba

O trabalhador da pecuária leiteira é jovem, 70 % têm entre 20 e 40 anos, está, portanto, no auge de sua força produtiva. A grande maioria, 71,54%, é casada, e 82,31% têm dependentes. São naturais de Goiás 76,92 %; dentre os imigrantes, 50 % vêm do Nordeste. São analfabetos 14,62 % dos trabalhadores; 41,54 %

Nossa pesquisa constatou a longa jornada de trabalho na pecuária leiteira e a inexistência do direito ao descanso semanal.

não estudaram além da 2ª série do primeiro grau, 56,93 % não estudaram além da 4ª série do primeiro grau. Portanto, é baixa a escolaridade do trabalhador.

Modernização da pecuária leiteira e as condições de trabalho

Nossa pesquisa constatou a longa jornada de trabalho na pecuária leiteira e a inexistência do direito ao descanso semanal: 84,62 % dos trabalhadores entrevistados informaram

É um fato inaceitável que fazendas modernas remunerem tão mal seus funcionários; que uma em cada quinze famílias de trabalhadores continue sendo potencial candidata a programas de combate de pobreza por parte do Estado.

trabalhar 10 horas ou mais diariamente; desses, um terço, 31 %, afirmaram trabalhar mais que 12 horas diárias. Quanto ao descanso remunerado, 56,16 % informaram trabalhar sem nenhum tipo de descanso. Assim, para 73% dos trabalhadores a jornada semanal é igual ou maior

que 70 horas semanais, quase o dobro da jornada trabalhista, definida em lei, de 44 horas semanais.

Essa situação se agrava nas fazendas com ordenha mecânica: nelas o percentual de trabalhadores com jornada superior ou igual a 10 horas se eleva para 87,50 %, contra 82,22 % nas fazendas sem ordenha mecânica. Quanto ao descanso semanal remunerado há uma pequena melhora, o percentual dos trabalhadores que não têm direito a descanso algum cai para 50 %, contra 58,89 % nas fazendas sem ordenha.

Modernização da pecuária leiteira e o registro em carteira

Apenas nesse aspecto a modernização da produção levou a uma modernização das relações de trabalho: enquanto que nas fazendas sem ordenha mecânica apenas 41 % dos trabalhadores informaram ter registro em carteira, esse percentual sobe para 70 % nas fazendas com ordenha mecânica.

Modernização da pecuária leiteira, salário e renda.

A ordenha mecânica potencializa a produtividade de forma significativa. Nas fazendas sem ordenha, a produtividade média por trabalhador é 171,66 l/dia. Já nas fazendas com ordenha, essa produtividade atinge em média 400 l/dia. Há, portanto, segundo nossa pesquisa, um acréscimo médio de 228 l/dia. Isso representa para o fazendeiro um acréscimo de cerca de R\$ 3420,00/mês (ao preço de R\$ 0,50/litro). Vejamos se esse ganho adicional é repassado, ao menos parcialmente, para o trabalhador.

Segundo nossa pesquisa, a média salarial dos trabalhadores em fazendas sem ordenha é de 1,62 salários mínimos. Já nas fazendas com ordenha mecânica essa média sobe para 2 salários mínimos. Há, portanto, um acréscimo médio de R\$ 100,00 aos valores do salário mínimo de maio de 2004.

A primeira constatação: é miserável uma remuneração de 1,62 salários mínimos para quem trabalha por mais de dez horas sem nenhum dia de descanso. A segunda constata-

ção: é igualmente miserável acrescentar apenas R\$ 100,00 à renda mensal de um trabalhador que manuseia um equipamento sofisticado, trabalha com animais de alto valor genético e é igualmente submetido a extensas jornadas diárias, com aumento na intensidade do trabalho e sem descanso semanal remunerado.

A remuneração de apenas dois salários mínimos parece ainda mais miserável se levarmos em conta que a ordenha mecânica tirou o emprego de milhares de trabalhadores.

Quanto à renda per capita familiar do trabalhador na pecuária leiteira, nossa pesquisa constatou que há uma melhora nas fazendas com ordenha mecânica, ainda que relativa. Nas fazendas sem ordenha, 45,5 % dos trabalhadores informaram uma renda per capita familiar inferior a 0,5 salário mínimo, o que colocaria essas famílias na linha de pobreza⁹. Elas escapam da pobreza pelo fato de a grande maioria, 82 % dos entrevistados, residirem nas fazendas e contarem com vantagens não monetárias em forma de leite, energia e aluguel. Ainda assim consideramos esse nível de renda escandaloso em se tratando de trabalhadores que não estão desempregados ou subempregados e que estão no centro do crescimento econômico do país. A renda familiar per capita média encontrada foi de 0,74 salários mínimos, o que representaria em 2004, R\$ 192,40.

Nas fazendas com ordenha mecânica, o percentual de famílias que vivem com renda per capita inferior a 0,5 salários mínimos cai para 7,5 %. Creditamos essa melhora ao fato de que nas fazendas com ordenha mais pessoas da família são empregadas (50 % dos entrevistados relataram que algum familiar trabalhava na fazenda, contra 27,5 % nas fazendas sem ordenha mecânica). A renda familiar per capita média encontrada foi de 0,84 salários mínimos, o que representaria aos valores de 2004 R\$ 218,40.

Mas ainda assim, constitui-se um fato inaceitável que fazendas modernas, utilizando equipamento sofisticado, ainda remunerem tão mal seus funcionários; que uma em cada quinze famílias de trabalhadores continue sendo potencial

candidata a programas de combate de pobreza por parte do Estado.

Encontramos entre os trabalhadores entrevistados 7 % de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, no caso específico, do programa bolsa-escola. Ora, isso constitui claramente um desvio. O Estado complementa a renda de uma família que está plenamente empregada em um setor econômico em franca expansão, numa região do país que está em crescimento. O grave dessa questão é a naturalidade com que isso é visto por parte da sociedade.

Onde estão os beneficiários do acréscimo de produtividade da pecuária leiteira?

Nossa pesquisa constatou que os salários na pecuária leiteira são muito baixos, deixando grande parte das famílias em situação limite de pobreza; as jornadas de trabalho são extensas e a incorporação de novas tecnologias pouco alterou esse quadro. Então, se não houve benefícios para o trabalhador, quem se beneficiou com o incremento de produtividade?

Sobre esta questão temos algumas suposições. A renda adicional gerada pelo incremento de produtividade pode ter sido apropriada pelas empresas que passaram a atuar no mercado de leite a partir de sua modernização, que são: a indústria veterinária; a indústria de máquinas agrícolas; as centrais de sêmen; as indústrias de rações; as indústrias de sementes e adubos; os laticínios e até o produtor de leite. Todos os setores citados - exceto o produtor de leite - têm forte centralização e são dominados por multinacionais. Pesquisas indicam que a renda do produtor de leite não melhorou com a modernização; ao contrário, em muitos casos a renda caiu. Então, teria havido na década de 1990 um processo de transferência de renda do setor rural para o industrial e um processo de concentração de renda dentro da cadeia produtiva do leite.

A pecuária leiteira repete o mesmo padrão de todo o desenvolvimento da história brasileira: processos modernizantes se sobrepõem a estruturas reacionárias (relações de trabalho atrasadas) já existentes sem

eliminá-las. A modernização brasileira sempre foi do tipo reacionária, produtivista, chamada também de conservadora¹⁰. O que a pesquisa na pecuária leiteira parece evidenciar, no entanto, é que não há como responsabilizar apenas um ou outro grupo social por essa situação. Pequenos e médios produtores rurais abraçam entusiasticamente a modernização da produção, conservando inalteradas relações de trabalho atrasadas. Diríamos até mais, produtores rurais abraçam entusiasticamente novos modelos de produção porque percebem a possibilidade de compensar os custos adicionais das novas tecnologias com a intensificação da exploração sobre o trabalhador. Assim, reduzir custos no Brasil sempre significou reduzir custos em primeiro lugar com mão-de-obra. Todos os segmentos envolvidos na assistência técnica e creditícia do leite contribuem com essa postura: técnicos a serviço dos laticínios estimulam a super-exploração do trabalhador; os órgãos de extensão do Estado se omitem diante da questão; os organismos de crédito também se omitem¹¹. Há como se fosse um pacto, um pacto que trabalha contra a distribuição de renda e que sempre termina por favorecer as elites. Acreditamos que essa característica de nossa história se assenta na persistência de visões de mundo reacionárias, discriminatórias, largamente difundidas entre a população, visões de mundo remanescentes do nosso passado escravagista e nunca verdadeiramente superadas.

Modernização, concentração de renda e pobreza.

O fundo ideológico dessa situação é, no nosso entendimento, o fraco enraizamento dos princípios do Estado de Direito entre a população em geral. Estados como Goiás evidenciam como é forte a ideologia das oligarquias rurais na cabeça do povo. As oligarquias rurais como classe estão em extinção, mas persistem as matrizes ideológicas próprias dessa elite. Persistem porque interessam ao capitalismo, inclusive ao capitalismo internacional. Persistem, porque interessam a amplos setores

da população, incluindo pequenos e médios proprietários rurais. Persistem porque interessam à classe média. O elo que une todas as classes citadas é o desprezo pelo trabalho braçal, herança do passado escravagista, quando os brancos se recusavam a executar trabalhos pesados, mesmo se fossem pobres, e preferiam viver de favor na casa de alguém. Reflete a fraca penetração do espírito capitalista com sua moral de trabalho particular que valoriza a "ocupação honesta". Aqui, como na maioria dos países da periferia capitalista, o Estado burguês foi implantado de cima para baixo e de fora para dentro¹². Não brotou da própria sociedade, como resultado de longas lutas, revolução de idéias, lutas econômicas e movimentos sociais. Assim, a Revolução Burguesa não eliminou as oligarquias rurais, conviveu com elas, se sobrepôs a elas e, sobretudo, conservou com muita vivacidade sua ideologia. O resultado disso é que em todas as instâncias da vida econômica, social e política, ainda hoje, percebemos desprezo pelos trabalhadores braçais de baixa escolaridade. Esse sentimento é largamente difundido e enraizado.

A matriz ideológica das oligarquias rurais tem duas vertentes: de um lado pratica-se uma política deliberada de atraso¹³. O acesso da população trabalhadora a quaisquer direitos, sejam serviços do Estado (saúde, educação, moradia digna), sejam direitos trabalhistas ou direitos de cidadania (o acesso à justiça, por exemplo) são deliberadamente bloqueados. A outra vertente dessa cultura é a política do "favor": os direitos sistematicamente negados são concedidos em doses homeopáticas, como "favor", exigindo-se lealdade em troca¹⁴. Assim se equilibra o sistema. Pobreza e desigualdade são a consequência.

No sistema das oligarquias rurais, a ascensão social depende de relacionamento. Não ascende o mais capaz, como na sociedade burguesa, e sim aquele que melhor relacionamento tem com o chefe. No Brasil moderno ascende aquele que tem um padrinho. A elite do país transfere para seus filhos prestígio e poder, obstaculizando a ascensão social de indivíduos que não pertencem ao seu círculo seletivo.

Esse sistema sobrevive e floresce em todo Brasil porque há um conjunto de classes que se beneficia com ele. Para empresários nacionais e multinacionais, a pobreza dos trabalhadores (que resulta da política do "atraso") possibilita margens adicionais de lucro, e ainda chamam isso,

nas um pouco a mais do que gastam com juros e seguros¹⁵, com certeza há uma visão de mundo por trás disso. Não há como culpar a globalização, os juros dos bancos, as multinacionais. Não há tampouco como culpar o neoliberalismo. Quem viabiliza a concentração de renda nas mãos das multinacionais da cadeia do leite são os próprios pequeno e médio proprietários que fizeram uma opção a favor do "moderno", leia-se, a favor da tecnologia transplantada, contra a tecnologia local adaptada aos trópicos, menos intensiva em capital, mais lucrativa para o produtor. E fizeram opção contra o trabalhador. Nesse sentido, acreditamos que nosso problema principal não seja o neoliberalismo, e sim a aliança do neoliberalismo com as ideologias reacionárias do tempo dos coronéis. É essa aliança que faz com que o "moderno" no Brasil seja apenas um verniz atrás do qual se esconde um reacionarismo, uma visão de que a população dos trabalhadores não sejam cidadãos brasileiros e sim algo apartado. A consequência é a inércia histórica da desigualdade no Brasil.

Autora

- 1 Professora Titular do Departamento de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás. Doutora em Filosofia pela Universidade Johann Wolfgang Goethe Frankfurt/Main, Alemanha. margotriemann@yahoo.com.br

Notas

- 1 Levantamento do Grupo de Indústria e Competitividade do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, publicado na Folha de São Paulo em 18 de janeiro de 2004; p. B 1
- 2 Ver POCHMANN (Org.): 2004, 27
- 3 Ver HENRIQUES (Org.): 2000, 29
- 4 Ver FAUSTO: 2002, 125
- 5 Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás - SEPLAN, 2000.
- 6 Pesquisa realizada com recursos da Universidade Católica de Goiás entre os anos 2001 e 2003. Resultados parciais em SILVA, 2004.
- 7 BRESSAN et. al.: 1999.
- 8 O universo de fazendas em Piracanjuba, segundo dados do CENSO 1996/7 do IBGE é de 1780 propriedades rurais. Desse total, 80 %, segundo informações da Agência Rural de Piracanjuba, exercem a pecuária leiteira. Não há dados sobre o número de estabelecimentos que empregam funcionários permanentes. Partindo de uma estimativa de que as propriedades que empregavam funcionários permanentes não passariam de 1000, definimos nossa amostra em 130 estabelecimentos escolhidas aleatoriamente.
- 9 Os programas de combate à pobreza trabalham com diferentes valores, que são ligeira-

mente abaixo da renda per capita familiar de 0,5 salário mínimo.

- 10 Termos usados por PESSOA (1999) para descrever a modernização no setor rural..
- 11 A política de crédito rural se omite no quesito mão-de-obra, não exigindo o recolhimento das contribuições trabalhistas por parte dos tomadores de crédito. Um indicador do papel do Estado no processo de concentração de renda foi a distribuição de financiamentos subsidiados pelo Tesouro Nacional, que, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, canalizou 85 % dos recursos do Fundo Constitucional do Centro Oeste- FCO para o grande e médio empresário. A partir de 2003, no governo Luís Inácio Lula da Silva, foi instituída a obrigatoriedade de destinar 51 % desses recursos para o mini e pequeno produtor, e para o micro e pequeno empresário. FCO - Programação 2004 : 4
- 12 Ver FERNANDES (1975); SILVA (2001).
- 13 Sobre a "política do atraso", ver CAMPOS: 1987
- 14 FAORO (1979) descreve o sistema de "troca de favores" citando LEAL, (1948).
- 15 Pesquisa realizada entre produtores de leite de Goiás durante os anos de 1977 a 1999 indica que o custo da mão-de-obra permanente constitui 14,74 % do custo total de produção. Já a despesa com rações representa 20,11 %, e com juros e seguros 9,37 %. NORONHA et.al. 2001: 70

Referências bibliográficas

- BRESSAN, Matheus; MOREIRA, Paulo; VERNEQUE, Rui da Silva. A Produção de Leite em Goiás. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 1999.
- CAMPOS, Itami. Coronelismo em Goiás. Goiânia: UFG, 1987
- ESTADO DE GOIÁS- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - SEPLAN, 2000.
- FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Porto Alegre: Globo, 1979.
- FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO. Programação 2004. Brasília, 2004.
- GRUPO DE INDÚSTRIA E COMPETITIVIDADE DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ. Tecnologia cortou 10,8 milhões de empregos. Folha de São Paulo, 18-02-2004.
- HENRIQUES, Ricardo (Org). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Rural 1996-1997.
- NORONHA, J.F de et. al. Análise da rentabilidade da atividade leiteira no Estado de Goiás. Goiânia: UFG, 2001.
- PESSOA, Jadir Morais. A Revanche Camponesa. Goiânia: UFG, 1999.
- POCHMANN, Marcio. (Org.). Atlas da Exclusão Social no Brasil. Vol. 2. S. Paulo: Cortez, 2003.
- Os Ricos no Brasil. S. Paulo: Cortez, 2004.
- SILVA, Margot Riemann Costa e. A Modernização da Pecuária Leiteira e os Benefícios para os Trabalhadores (2001-2002). Fragmentos de Cultura, V. 14, n. 1. Goiânia: UCG, janeiro 2004.
- SILVA, Athon Magno Costa e. O Estado e o Campo no Brasil 1930-1964. Goiânia: UCG, 2001.

no jargão moderno, de "ganhos em eficiência". Já a classe média se beneficia com a pobreza obtendo a prestação de serviços por parte da população pobre, como por exemplo, o serviço de domésticas, que facilitam sua ascensão social

O atraso econômico reforça e dá sobrevida à ideologia das oligarquias rurais. Nesse sentido, esse sistema

creditamos que nosso problema principal não seja o neoliberalismo, e sim a aliança do neoliberalismo com as ideologias reacionárias do tempo dos coronéis.

é mais forte nas regiões mais pobres do país, onde o capital é mais escasso. Mas subsiste também nas regiões mais desenvolvidas.

Voltando para a pecuária leiteira, quando os pequenos e médios proprietários não sentem nenhum constrangimento em pagar miseravelmente um trabalhador e gastam com mão-de-obra menos do que gastam com a ração das vacas, por exemplo, e ape-